

Uma saída

prática

ELANO PAULA

CORREIO BRAZILIENSE

Agiotas, não. Produtores, sim. Em resumo, a palavra de ordem do Presidente Sarney orienta a economia para o desenvolvimento com redução dos juros e da taxa de inflação. Agora, da ideia ao fato, vai uma razoável distância com atropelos de percurso, trechos de difícil caminhada numa trilha enlameada pelas dívidas, com os atoleiros da recessão. De qualquer forma, o rumo está traçado e lá deveremos chegar mesmo que sejamos obrigados a abrir variantes pelas capoeiras da desestatização e dos cortes de gastos públicos, principalmente no custeio absurdo e até escandaloso.

Desenvolvimento sem inflação — "slogan" renitente, polêmico e até contraditório — é tema de discórdia; ativa a criatividade dos economistas e gera efeitos salutareos na busca das fórmulas mágicas. Tudo bem. Que seja assim.

Há, entretanto, providências simples, pouco colunáveis, que vão sendo esquecidas ou postergadas. Referimo-nos, hoje, ao "recurso sem lastro", "economia invisível" ou "contrabando de moeda" que, embora não sendo sinônimos perfeitos, expressam exatamente aquilo que o povo chama de "dinheiro frio". O "off the record" do anexo cinco. Amanhã, quem sabe, a gente voltaria para falar de "enfiteuse" — nome bonito para uma excrescência social — aproveitando-se o interesse da Igreja na ajuda aos pobres, agora tão em evidência. Ou mesmo sobre a lei do solo urbano.

Não carece de engenhosidade a fórmula que permita o ingresso de novos recursos na economia. Não é assunto novo. Por três vezes isso foi praticado. E apenas uma questão de "marketing", de teor e forma simples, onde sequer a língua oficial da economia precisa ser usada. Tudo pode ser feito em português mesmo.

Há dois ou três anos (ninguém se lembra) foi decretada uma espécie de moratória tímida, pouco atraente, pessimamente divulgada, complicada e sem qualquer credibilidade. Agora, sem querer reeditar a medida, criando algo novo, aproveitando-se a crença no Governo, chegou a hora e a vez de se tentar a circulação desses recursos.

Sem maiores estudos, apenas pensando alto, arriscamo-nos a pinçar alguns pontos que deveriam bordar esse pano de fundo que aqueceria o dinheiro que está fora da economia e o drenaria para ação nas áreas mais carentes dos centros urbanos. De quebra, também como simplificador da operação, funcionaria como garrote na hemorragia da Caderneta de Poupança.

Já ouvimos falar em 12 trilhões. Alguns arriscam 30 trilhões. Quem sabe? De qualquer forma seriam trilhões a circular diminuindo a pressão sobre a base que se deseja inexpansível.

Uma ação do Governo, com o aval do Presidente num pronunciamento específico, poderia trazer dinheiro barato, sem confisco ou tributação. Mas que não se perca nova oportunidade com medidas tímidas e cautelosas. E assunto sério que implicaria mexer com o lado psicológico da população.

1) Depósito puro e simples em Caderneta de Poupança, com juros de 0,5% ao mês, correção monetária, carência de um ano;

2) Depósitos válidos da data de publicação do decreto até 30 de junho de 1986, consequentemente constantes das declarações dos anos-base 85 e 86;

3) Decorrida a carência, haveria dois tipos de saques:

a) em 4 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas;

b) integral ou suficientes para aplicação em unidades habitacionais, sem limite de quantidade, desde que oriundas do SFH;

4) O presidente Sarney abriria uma exceção em seu princípio de não legislar. O assunto é urgente para surtir efeitos neste último trimestre;

5) O BNH e seus Agentes, em oito dias estariam aptos ao atendimento;

6) Uma campanha de divulgação incluiria pronunciamentos do Ministro da Fazenda e o aval do Presidente.

Tudo rápido, simples, energético, prestigiado, seria a forma de evitar o descaso e a desconfiança, tónica da tentativa anterior, cujos resultados foram irrisórios.

Elano Paula é vice-presidente da ABECIP e conselheiro do BNH